

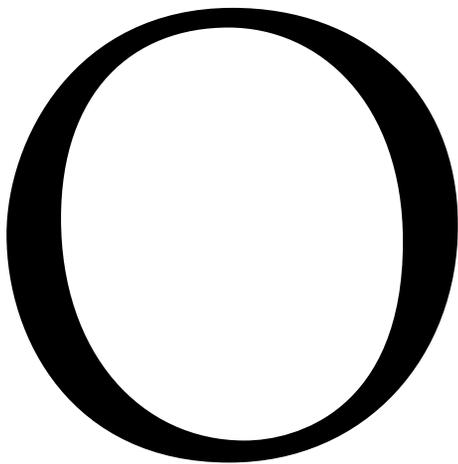
MILTON TORRES

A AMAZÔNIA
COLONIAL,
A SUA ECONOMIA

E AS RELAÇÕES
DO ESPAÇO

MILTON TORRES

é diplomata e doutor
em História pela USP.



droguismo do vale amazônico nos séculos XVII e XVIII e a *plantation* maranhense do arroz e do algodão de finais do século XVIII a meados do XIX nun-

ca geraram rendas comparáveis às dos grandes dias da agroindústria açucareira de Pernambuco e do Recôncavo Baiano, já muito elevadas na década de 1580. Nem o tabaco nortenho se nivelou, em qualquer tempo, ao de Cachoeira da Bahia no reinado de Dom João V. Nem aquelas especiarias do sertão, às da Ásia tropical; a identidade do nome vulgar de certas drogas, tal como o cravo das terras nortenhas, extraído da casca, representa planta diversa, de muito menor valor de mercado que o cravo das Molucas, este florífero. Também a canela, ademais de produzida em outras partes do Brasil, era o espécime de casca espessa, diverso e muito menos procurado que o de casca fina, do Ceilão – Ceilão e Molucas cedo ocupados pelos flamengos. Assim, a renda dos produtos florestais do Norte (onde incluo genericamente o Maranhão, hoje parte do Meio-Norte, quando, em realidade, o Maranhão é muito mais Norte, e o seu par, o Piauí, é muito mais Nordeste) permanecia incomensuravelmente aquém das áreas monocultoras do Brasil no século XVII. Há progressos a registrar na economia nortenha

ao tempo de Dom João V, pela inclusão dos cacauais do Madeira e da courama do Piauí. Tal progresso é, pois, extensivo. O longo reinado do Fidelíssimo mantinha, sobre a colônia, visão estritamente fiscal. Nenhum investimento oneroso de parte da Coroa. O rei reinava *com* as ordens; o regular, pela sua formação, uma espécie de militar da inteligência no espaço transatlântico; enlaçavam-nos as relações estritas do padroado. Amiúde, os prelados das ordens comunicam-se com o soberano ou com o Conselho Ultramarino. No caso particular da Amazônia Ocidental, tocou aos carmelitas de Belém a consolidação do espaço ocupado no Rio Negro e no Solimões. E contava o rei com os seus índios mansos, eufemismo para os índios frecheiros a serviço do estamento, que deslocava para funções punitivas, por vezes do distante Ceará às plagas úmidas do Amazonas.

O Fidelíssimo vela pela coleção dos tributos, mas não articula planos de integração – antes até de fechamento de rios e de certas vias de acesso, temeroso do descaminho do ouro. A sua administração é burocrática e miúda, ainda que assaz eficiente na política externa, em particular na ocupação ou consolidação de espaços coloniais, tal foi o caso da bacia do Solimões, iniciada ao fim do governo de seu pai. Mesma e maliciosa política no caso da negociação do tratado de Madri, feita sobre o vicioso “mapa das Cortes”, habilmente impingido ao fraco e desinformado Fernando VI de Espanha, e no qual a Vila Boa de Goiás era posta dentro do meridiano de Tordesilhas, e Cuiabá, muito menos a ocidente do que a carta afigurava. Tais eram, em realidade, os expedientes da diplomacia da época.

Revelam os despachos – Dom Pedro II e Dom João V – certa diferenciação. De um a outro dos monarcas, restringe-se o diálogo com as câmaras, enquanto aumentam os despachos aos governadores-gerais, ouvidores e autoridades fazendárias, representantes imediatos da Coroa. Mais minucioso e mais autoritário, Dom João V favorece, em princípio, as funções burocráticas. O seu espírito minucioso e contabilista mais sopesa os gastos que o investimento pro-

duativo. E é maciça a correspondência com os religiosos, a quem manda ou admoesta, no melhor estilo regalista. A administração joanina, mais que qualquer outra, usa os regulares como funcionários de inteligência; Carvalho e Melo laiciza-a, no governo seguinte. A função simbólica dessas posturas está refletida na própria arquitetura lisboeta, a Baixada Pombalina rígida, uniforme, tal soldados perfilados, as igrejas integradas no todo, quase indistintas...

Os despachos autoritários (entre eles os que exaltam, de um modo ou outro, a figura de Dom João V como rei absoluto) podem esconder fraquezas. A maior parte da informação era movida por cartas e consultas dos governadores, ouvidores, provedores, clero secular e, principalmente, regular, ou particulares, na velha tradição portuguesa de que todos podem falar ao rei. Grande número dos papéis coloniais provinha das partes e era elevado ao monarca em forma de consulta. A visão da realidade de conjunto pode formar-se e transformar-se nesse processo miúdo de consultas e despachos. Editos da Coroa podem esvaziar-se no contato menos auspicioso com interesses imediatos da realidade colonial. Era comum que a autoridade administrativa tanto maximizasse questões de seu interesse, quanto minimizasse outras. E as ordens religiosas lograram, por muito tempo e infinitos e sutis recursos, eximir-se dos tributos da circulação de bens ou da coleção de heranças. Assim, entre o poder efetivo e a aparência do poder, há clivagens por vezes profundas. O soberano também pode, de modo inflexo, pactuar uma relação discursiva com os seus representantes coloniais, ou com os súditos, em que o propósito maior não seja mais que a manutenção ou o incremento da imagem de rei e senhor absoluto; a matéria de fato sendo, no caso, menos relevante.

Tocará a Carvalho e Melo, a despeito de todos os seus equívocos, a primeira política abrangente a ser adotada no Estado.

O estabelecimento da companhia pombalina de comércio para o Norte – Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão –, logrado através da maximização sem precedentes de privilégios, e associado ao trato negro,

logrou suprir o Maranhão de mão de obra agrícola; inicia-se a *plantation* do arroz e do algodão. Supressos os jesuítas e cerceadas as demais ordens, passa o Grão-Pará a ser regido pelo Diretório, minuciosa legislação comprometida com os princípios antagônicos da liberdade do ameríndio e a compulsão deste ao trabalho segundo o modelo concebido pelo Estado Iluminado. O Diretório não podia prescindir da mão-de-obra do indígena, que pretendeu aporuguesar pelo uso compulsório da língua portuguesa e por demais métodos de aculturação. Também os núcleos urbanos passaram a monotona-mente repetir os nomes dos de Portugal. O iluminismo pombalino é eminentemente etnocêntrico, espesso ao entendimento de certas realidades locais. Os deslocamentos de grupos indígenas na região, inspirados na memória, de fins dos Seiscentos, da pena do ouvidor Rosa Pimentel, foram causa do perecimento de número ponderável de indivíduos. E não reteve, do texto de Rosa Pimentel, aquela formulação flexível, típica dos juízos colhidos da experiência, pois Pimentel associa o potencial de aproveitamento do índio ao convívio deste com o mameluco, já passos adiante no processo dito *civilizatório*. O mameluco, dotado de certas funções de chefia, a comunicar-se com o branco. Rosa Pimentel prevê deslocamentos do ameríndio e do mameluco para postos de fronteira e foz de rios, mas não parece em tal proposta sugerir o uso da mão pesada de que se valeu o marquês. São, pois, do ministro de Dom José, os deslocamentos *manu militari*, com a sabida perda de vidas.

As fontes da informação administrativa de Carvalho e Melo foram muitas – as cartas amazônicas do seu irmão e capitão-general, Mendonça Furtado, e Paulo da Silva Nunes, que produziu a mais longa e fundamentada crítica à atuação das ordens religiosas no Estado. Mas a laboriosa redação do Diretório não evitou – e talvez não pudesse mesmo evitar – a gestão das caixas de poupança estabelecidas em favor do índio, nas mãos de uma sociedade branca, rapace e habituada a já século e meio de escravização do mesmo ameríndio. Os êxitos do marquês

registram-se afinal no aumento da produção econômica das duas capitanias do Norte e no incremento do tráfego marítimo, o qual logrou, dentro da melhor teoria mercantilista da época, expandir o comércio negreiro, carregado por navios nacionais. O Diretório votado à falência em pouco mais ou menos vinte anos de má operacionalidade; perdura a questão indígena.

O retrato mais vivo que se colhe do estilo administrativo do marquês está decerto refletido na carta que dirigiu ao sobrinho, Melo e Póvoas, designado governador da capitania do Maranhão: o rei é “puro e perfeito”, e não o deve desmentir “a cópia”, na pessoa dos seus prepostos. “Nos generais substitui El-Rei seu alto poder, fazendo duas imagens suas: esta lembrança fará V. Exa. exemplar de predicados virtuosos, para que não vejam os seus súditos a sombra da cópia desmentir as luzes do original, que é puro e perfeito [...]”. Assim, o vínculo da função administrativa é absoluto entre o rei e seus prepostos (leia-se, diante do omissor Dom José, o próprio Pombal), nada e ninguém mais a interpor-se na relação assim estabelecida. Não admira, pois, a supressão dos jesuítas e a coerção imposta às demais ordens, mesmo fossem elas ilibadas de qualquer comprometimento econômico. Só os religiosos seculares, afinados ao governo, cabem na proposta pombalina. É de notar, aliás, que a mesma postura político-administrativa migra ao Brasil independente: o padre Feijó, durante o período regencial, manterá estrito e restritivo rigor sobre as ordens.

O número dos papéis de Estado relativos ao Estado setentrional, em não sendo pequeno, é menor que o dos documentos sulistas. E relativamente poucos os estudos regionais no período colonial. As próprias capitulações das histórias do Brasil incidem numa imprecisão quando, ao tratarem do período, agregam ao fim uns poucos capítulos, senão um só, sobre o estado do Maranhão e Grão-Pará, tal fosse um *addendum* ao já dito do Estado do Brasil. Mais exato seria, de início, intitular: América Colonial Portuguesa, estado do Brasil, estado do Maranhão e Grão-Pará (e estado do Grão-Pará e Maranhão, quando o eixo

econômico, afirmando-se sobre o Grande Rio e seus afluentes, aconselhou Dom João V em 1737 a, discretamente, ordenar ao novo governador que se instalasse em Belém). Ali se fixará o governo-geral. Atendia essa medida à atração que o negócio das drogas do sertão exercia sobre governadores, governados e religiosos. O êxito – competitivo – da canoagem dos moradores e aquela dos religiosos erigiu em Belém a morada dos droguistas exitosos e as opulentas igrejas das ordens, a que eram adjuntos os amplos armazéns de negócios. Tal arquitetura, documento e símbolo da atividade comercial dos regulares. Nas proximidades, as casas senhoriais dos droguistas leigos – naquela contiguidade nem sempre cômoda dos dois grupos que disputavam a mesma mercância.

O fastígio da *plantation* do arroz no Golfão maranhense e os algodoais de Alcântara, engrossados, ademais, do trato escravista, maiormente em mãos dos moradores, determinaram, em São Luís, arquitetura de cunho civil e laico: o sobrado, com dependências, nos diferentes andares, para o comércio, a família do proprietário, o alojamento dos compradores vindos do Golfão, aquele outro espaço fluvial, mais modesto que o amazônico, mas dotado de pluviosidade e de terras agrícolas aptas a abrigar a *plantation* do arroz, quando a companhia de comércio pombalina trouxe a abundante mão-de-obra africana. Para os lados de Alcântara, os grandes algodoais que absorvia a tecelagem, de início britânica e sequente à *Industrial Revolution*. Essa mesma economia negreira prosseguirá pelo século XIX, sofrendo finalmente os percalços dos agentes econômicos locais, que não souberam ou não puderam acompanhar as mudanças registradas no império a partir da segunda metade do mesmo século. As igrejas das ordens religiosas em São Luís são desapontadoramente mais pobres e acanhadas: a equação da riqueza civil e da religiosa, diferenciada nas duas capitanias – retrata-o a paisagem urbana numa cidade e na outra.

O ecossistema da hileia não teria, contudo, sido o móbil do desenho lindeiro do estado do Maranhão e Grão-Pará, por-



quanto o Piauí, com o seu ecossistema tão diferenciado, foi logo acrescido ao estado, como, por algum tempo, o Ceará. O sistema de ventos da costa norte, que dificultava a navegação com o Brasil, e o atraso de um século entre a colonização sulista e nortenha respondem melhormente pela divisão. Assim, o século I do estado do Maranhão correspondeu ao II do Brasil. E isso implica consequências substanciais. Os homens de Pernambuco que ganharam o Norte levavam consigo a tradição autoritária do engenho. Mas o êxito açucareiro será ali medíocre. Os poucos estabelecimentos de plantio e moagem não resistiram, no quadro da fragilidade geral da economia nortenha, à crise do fim dos Seiscentos. A despeito das medidas protetoras adotadas pela Coroa, desmantelaram-se pela venda das peças metálicas da moagem, dos escravos, dos bois (não eram, de regra, engenhos correntes e moentes, quanto muitos daqueles em Pernambuco). João de Moura, autor de que trato pormenorizadamente em *Manuscrítos do Grande-Norte* (ainda no prelo), examina com agudeza a economia e a sociedade da área. Prioriza a cultura à coleta. E provê informações substanciais sobre o cultivo tanto dos tabacos fortes quanto dos suaves, e os usos específicos de uns e de outros, enfatizando, assim, a vertente mercadológica do produto; seria mesmo provável que tivesse ciência das particularidades do consumo diferenciado dos tabacos no promissor mercado britânico. Discorre, igualmente, sobre a comercialização do açúcar nortenho, que, mais perecível por deficiência do refino, sofre deterioração maior pela detença no transporte transatlântico. No Maranhão, as pequenas quantidades produzidas, insuficientes para assegurar o frete imediato, ainda mais se alteram na dilação. Um dos pontos fortes do ensaio é, pois, a habilidade de relacionar produção, beneficiamento e transporte. Diversas, pois, das condições da extensa e capitalizada produção do estado do Brasil, apta a assegurar melhor refinação, fluxo regular do transporte, subsistência da maior parte do equipamento fabril dos engenhos e retenção da escravaria, ou de parte significativa da



mesma, durante a alongada crise de preços das décadas finais do século XVII. A mesma crise atingia o tabaco, razão por que talvez tenha ocorrido a João de Moura o projeto da diversificação daquele mesmo bem; o Brasil, até então, produtor menos afeito ao apuro da qualidade, no consumo pouco exigente que, desse item de escambo, faziam os sobas de África. Vale medir a assombrosa queda de preços, acentuada a partir da década de 1660. A arroba do açúcar na praça de Lisboa em 1650 valia 3.800 réis, 3.600 em 1659, 2.400 em 1668, 1.400 a 1.500 em 1688. Paralelamente, o arrátel do tabaco, que se vendia em 1650 a 260 réis, baixou em 1668 para 200 réis, e vinte anos depois não excedia o valor irrisório de 70 réis. Superprodução sem dúvida, mas recessão do mercado igualmente. A riqueza das metrópoles, ademais de outras causas, era afetada pelo aviltamento de preços dos produtos coloniais que maciçamente produziam com o braço escravo adquirido em África e dali transportado para as colônias americanas; a crise a comprimir também o mercado escravagista.

O excesso de ênfase que Moura põe na semelhança do clima do Maranhão com o da Ásia costeira e insular, produtora das especiarias, impede-o de perceber as características sociais que, na Ásia, permitiam o êxito, não só da cultura mas também do beneficiamento do produto. As sociedades do Oriente (a despeito da fragmentação política entre régulos diversos e de diversa confissão, nessas áreas produtoras da especiaria) exibiam qualidades de disciplina e trabalho de positivo e imediato reflexo na economicidade da especiaria oferecida ao comércio. Afligiam a Amazônia (também por comparação às Antilhas, cujos produtos passavam a contar mais demanda que os da Ásia) a falta de capital, a generalizada carência dos meios técnicos, o espírito *gaspilleur* da própria cultura local, marcada, desde o início, pela expansividade geográfica; a mesma pobreza fazia com que, cada ano, mais e mais adentrasse a coleta e o apresamento da mão de obra ameríndia através das tantas *entradas ilegais*. A rápida e extensiva ocupação do interior potâmico

da Amazônia corresponde, no estado do Brasil, ao avanço terrestre do bandeirismo, cada qual com características próprias, aquela por canoagem, este a pé ou a cavalo, belicosos ambos. Moura fornece, para o ecúmeno amazônico, expressiva página sobre a não conformação do indígena ao sistema – a morte, a fuga, a menor operosidade.

A identidade taxonômica que pretende estabelecer entre o cravo asiático e o americano é errônea, e a explicação que oferece – para um comentador dos seus talentos – é pueril, ademais de indicativa da ignorância generalizada do próprio estamento português, à época, sobre os cultivos asiáticos. A longa permanência lusitana nas praças do Oriente, matéria de que trato com mais vagar em *O Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial*, não fora bastante para assegurar o conhecimento pleno do cultivo das espécies utilitárias. Ingleses, flamengos e franceses tinham superior informação e superiores meios de aclimar aquelas mesmas espécies, tal, por exemplo, o êxito dos últimos na adaptação da noz-moscada em La Gabrielle, o jardim botânico experimental da Guiana. Mesmo o arguto e experimentado Padre Vieira pretende, a não ser pela consciente hiperbolização de um dos seus tantos projetos políticos, que o bem-sucedido transplante das essências orientais no Brasil determinaria *ipso facto* a liquidação de Holanda! Em qualquer hipótese, estaria a assertiva a ignorar, talvez propositadamente, a formidável articulação comercial e bélica da frota holandesa, atuante do Extremo Oriente às Antilhas, a ponto de, mais das vezes, oferecer fretes mais baratos que os dos armadores britânicos – aquele tempo já o da reversão das marinhas lusa e espanhola, e da, ora expansiva, ora regressiva, navegação francesa, por fim inibida pela derrota do país na Guerra dos Sete Anos.

A apreciação de João de Moura respectivamente à sociedade local, como à alta administração do Estado nortenho, é disfórica, ainda que indigite os governadores e os demais círculos da administração de forma assaz discreta. E o índio é percebido como vítima da desenfreada ambição do branco. A percepção social do autor é, pois, exata,

sem a autocomplacência de tantos outros relatos e memórias da época.

E notáveis aqueles parágrafos que tratam do financiamento das viagens da coleta, tantas vezes rateado entre diferentes investidores, fenômeno esse indicativo da pobreza generalizada de segmentos expressivos da população leiga em face da operacionalidade, mais bem ordenada, dos conventuais-droguistas. O padre, ademais da disciplina que lhe traz a própria formação, oferecia ao indígena um mundo coordenado de trabalho e de pasto espiritual, como a prédica, o batismo, a festa dos santos; o indígena bem catequizado (nem todos o foram) era um indivíduo integrado e provavelmente mais produtivo que o escravo do colono, este não mais que um escravo deculturado. E examina o autor o processo corrente da venda fiada de bens às pessoas de certo cabedal que, no ano seguinte, ou ainda ulteriormente, possam saldar o compromisso – o preço majorado, dos produtos que se vendem ou escambam, para cobrir o risco e a mora de um tal processo cíclico e retroalimentado de tal *modus* de comercialização. O endividamento, como corretamente o põe o ensaio, acaba por ser fator de incentivo às entradas, tantas delas ilegais ou facilitadas pela autoridade conivente. O endividamento é traço marcante dessa economia e persistirá por épocas futuras, mesmo de maior afluência e fora da órbita da coleta. Joaquim José Sabino, de que trato pormenorizadamente em *O Maranhão e o Piauí no Espaço Colonial*, e, principalmente, Gaioso (*Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoureira do Maranhão*, 1818) trazem, ainda aos finais do período colonial, expressivas páginas sobre o endividamento privado. Indigita-o Raimundo Gaioso, ao examinar as facilidades creditícias que ofereciam os mercadores de escravos africanos aos seus clientes nos *latifúndia* do algodão e do arroz. Aqueles comerciantes, nas cidades da costa, são os “portugueses”, estes os “brasileiros”. E, ao agravar-se o confronto, nos finais do século XVIII e princípios do XIX, constituirá a *diferença*, assim sentida pelos naturais, uma das causas profundas da

luta pela independência nas capitanias do Norte; e ninguém talvez melhor que Gaioso a insinua, extensivamente às mulheres, sendo o autor de algum modo *feminista*. O estatuto mais ou menos generalizado das dívidas não saldadas ou que se não podem provar está na base de sem número de conflitos (também no estado do Brasil) e na raiz do banditismo a soldo.

Pode-se, pois, entender que, nas suas diversas causas e graus, há toda uma economia e uma cultura do endividamento. E completa esse quadro de carências a falta crônica de moeda pelos séculos XVII e XVIII, o que mostram vários indicadores, entre os quais a aceitação da moeda proveniente do Brasil por valores de escambo majorados. Isto é, para uma mesma quantidade de moeda, davam-se em troca, no estado do Maranhão e Grão-Pará, mais bens do que se dariam no estado meridional. O raciocínio é todavia relativizado pelo fato de que os bens aceitos em troca (salvo talvez os rolos de algodão) não são necessariamente os mesmos correntes no Brasil. A falta de moeda é, ao mesmo tempo, índice e agravante do atraso regional. E para isso contribuía a coerciva e retrógrada visão metropolitana, de fundamento mercantilista, sobre a circulação no espaço colonial.

Conto futuramente examinar, com apoio documental, a microestrutura subjacente à canoagem da coleta. Muitos são os casos em que o financiamento é dividido e subdividido entre várias mãos e por diferentes quantitativos, a indicar, assim, um retorno social diferenciado; ou, noutras palavras, a existência de diferentes patamares econômicos na sociedade livre. Mas convém antecipar que esses estratos da população não têm, na Amazônia, o relevo dos plantadores da cana cativa no Nordeste brasileiro, ou dos arrendatários de tratos de terra em outras partes do Brasil, tal se registra nas terras de tabaco de Cachoeira da Bahia. É mesmo provável que Moura estivesse a pensar naqueles tratos menores de terra arrendada ao comentar o uso de estume no Brasil, condição impraticável no Pará do século XVII, anterior às fazendas de gado dos jesuítas e de outras ordens em Marajó

ou no Baixo-Amazonas (essas mesmas fazendas foram em parte desmanteladas pela radical e precipitada política do marquês de Pombal, de vez que, passados vinte anos, Belém passou a sofrer crises de abastecimento de carne verde).

Ponto alto da percepção econômica do autor são as vertentes tecnológicas que sistematicamente traz à luz. Por isso, pouco importa sejam os espécimes vegetais nativos ou exóticos, estes “tão naturais como os outros” (pressuposta a bem-sucedida adaptação). Ou quando estabelece que o êxito dos cultivos depende, afinal, da “boa forma em se ordenar”, ou seja, a racionalização da produção. Não se deve, todavia, buscar em João de Moura o rigor conceptual que há de caracterizar a época, ainda futura de um século, de Adam Smith e no contexto da notável teorização econômica dos ingleses, desde Lord Gresham, ministro de Elizabet I, Thomas Mun, Misselden, ou Gerard Malynes, decerto estimulados pelo campo de observações que a ágil economia do Mar do Norte oferecia aos povos confinantes. E não mais rigorosos que Moura eram os coevos alvitristas portugueses e espanhóis. O seu discurso é dialogal e em grande parte descritivo, ornado de referências à Antiguidade, tal era de uso à época – os juízos autorais vão, assim, surgindo dessa espécie de conversação polida que o próprio eixo dialogal vai proporcionando. Tal, à época, um dos modos correntes de tratar a matéria, derivado do processo da oposição de argumentos a gosto da neoescolástica, mas adoçado no universo das letras seculares. E sempre há algum propósito de *magnificatio* do discurso, ou de qualquer outro recurso expressivo que edulcorasse o tão seco diálogo argumental da tradição escolástica e da neoescolástica; um desses recursos era a transformação retórica do silogismo em entimema, ademais dos tantos símiles e das guindadas metáforas que abundavam no barroco.

Como já foi lembrado, a canoagem da especiaria era praticada pelo braço indígena. Não havia coleta sem colaboração deste, não havia farinha, a farinha-de-pau, na designação da época, sem o trabalho da

índia. A farinha era o pão do homem do Norte, em pronto aculturado a certas formas do comer indígena. Lento o seu fabrico – a farinha grossa, a fina, a goma. O jesuíta João Daniel, da enxovia onde o confinou Pombal, escreveu o longo e interessantíssimo *Tesouro Descoberto no Máximo Rio das Amazonas*, misto de fantasia barroca pretérita ao cientificismo iluminista que se estabelecerá em Portugal com os oratorianos de formação pessoal ou de forte leitura calcada na renovação italiana. O *Tesouro*, em termos mais expressivos que explicativos, retoma o tópico, já aflorado por João de Moura, de que a Amazônia padece da sua própria economia extensiva. Fá-lo o jesuíta nos termos particularizados da feitura da farinha, que toma grande tempo, e indigita o seu consumo. Mas o que subjaz a esse ponto é a percepção – correta – do desajuste entre a operacionalidade do sistema econômico em prática à vista de uma possível otimização dos fatores da produção. A ocupação demasiada da mão-de-obra no preparo da farinha é icônica de mal maior: as longuíssimas viagens da coleta e o valor relativamente baixo do mesmo produto carreado até Belém, ademais da longa detença para que pudesse ser embarcado e da eventual retenção do produto nos portos metropolitanos de destino, até que se saldasse os fretes, nem sempre plenamente pagos à partida. O jesuíta não percebeu a matéria na sua globalidade, mas apontou-a expressivamente. O cacau, item de maior valor no mercado internacional, tinha o seu plantio retardado na área bragantina. O governador distribuía datas a pessoas de seu favor para o cultivo. Formalizava-se o processo da mercê pela ratificação régia. A verbalização do documento expedido à Metrópole era, às vezes, ostensivamente paternalista, até o reinado de Dom Pedro II: dizia-se que o postulante era velho agricultor sem terra própria, pai de tantos ou quantos filhos (sempre um elevado número) com o auxílio dos quais prepararia a terra para plantio dos cacauzeiros, etc. Muitas vezes, porém, o agraciado, por falta de capital, ou pela força do hábito, em lugar do cultivo, persistia na coleta, inspirado na expectativa

de lucros a que nem sempre correspondia a natureza aleatória da expedição. A expectativa é um dos traços daquela cultura da coleta, em que o fruto independe do esforço sistemático da agricultura. A virtualidade marca psicologicamente todo o sistema, o indivíduo introjeta o aleatório, que pressupõe positivo...

Sob Dom João V, o mesmo discurso administrativo se torna impessoal – traço do crescente absolutismo, em que o monarca judiciosamente se afasta das formas particularizadas e demóticas da correspondência.

Revistas as relações econômico-sociais no espaço, cuida-se, nesta parte final, da justiça do rei como ali entendida e na forma como logra realizar-se. O presente trabalho, como se terá percebido, é de índole temática, não necessariamente cronológica.

Trata-se, aqui, da natureza como interferente nos comportamentos sociais, seja a floresta úmida, seja o sertão seco do Piauí. Fujo obviamente ao determinismo que alguns têm visto na pujança excessiva da floresta equatorial, a apequenar o homem. Mas endosso o termo *interferência* do meio, em particular naqueles tempos primitivos da condição colonial de índole mercantilista, pretéritos à ideia operativa e crítica de *nação*.

Tudo levava à aventura do espaço, quanto não há espaço intransponível – física ou juridicamente. Recorde-se, entre tantos outros casos, a ação movida por particular contra o ouvidor Francisco Galvão de Afonseca, ao tempo de Dom João V. Os negócios do magistrado, alegava-se, subiam o Amazonas, o Solimões, os afluentes superiores deste, os contrafortes andinos e chegavam a Quito, ou, pelos baixios da costa, alcançavam Caiena, para onde iam escravos indígenas e de onde vinham bens de consumo, luxos para a amante do ouvidor, peças metálicas para os engenhos do marido dela... O esforço no sentido de obstaculizar as relações intercoloniais, que a melhor doutrina mercantilista pregava, nunca funcionou plenamente, e por razões óbvias. Vezes há em que a relação custo-benefício está a relativizar o interesse do governo. Tal pode ser o caso dos foragidos

da justiça no sertão. Mas o tópico é sutil: entre o apanhar e o não apanhar o fugitivo, embrenhado na selva bruta, persiste o propósito oficial de preservar a imagem do rei (ou do seu preposto) como fator da justiça, que se pretende absoluta. Desde a formação do Estado nacional, mesmo de antes, a figura do rei está associada à de promotor da justiça. Dom João V foi extremamente sensível a isso: ainda que a justiça não se consume, há a presunção de que o será. É a ficção de que o preceito exarado no *De Manu Regia* alcance, sempre, todo o espaço do Reino. Ainda, na transição do século XVIII ao XIX, Sabino endossa a mesma ficção de que o rei tudo vê e alcança dentro do espaço nacional.

O termo “sertão brabo” – ícone do espaço imenso e de dificultosa apreensão – está presente em vários documentos e enfeixa um sem número de situações. Há casos ocorrentes nos calvos de vegetação, ou “rasos”, aquelas terras de longa estiagem, pedregosas ao derredor e espinhentas, onde o meio ampara formas especiais de resistência à mão real, como o de uma homicida que habitava o sertão do Piauí. Os lugares ermos são o *locus* apartado, de formas de vida estranhas ao espaço *oficial*. E ao sertão brabo torna o índio que fugiu ao cativoiro, ou o branco que se acouta da autoridade, passado a viver, em muitos casos, da autossustentação.

O espaço ermo pode ser modelizador das formas sociais de resistência à ação do Estado. Há o branco que se interna na floresta úmida ou no sertão seco e alcantilado, e há o “gentio de corso”, aquele que, da brenha (outros são nômades), resiste de mão armada ao invasor que lhe subtrai o espaço original. Mas o índio não escrevia *per se*: faz por ele o missionário, o morador, o ouvidor e o capitão-mor. Obviamente, com as distorções de quem escreve. Assim, todos interpretam o ameríndio a seu talante. Releem-no o rei e o Conselho Ultramarino. E são essas, obviamente, as fontes que se empilham nos arquivos metropolitanos; a história far-se-á pela dedução – quase perversa – que cumpre operar da mesma documentação, toda ela etnocêntrica e *interessada*.